



Teoria da Recepção – Stuart Hall

Série de Seminários Regulares – GMP

10/11/2016

Paulo Eduardo Barbosa

Doutorando FAUUSP, São Paulo, Brasil

pauloarqbarbosa@gmail.com

Resumo

O Seminário refere-se a dois textos de Stuart Hall escritos em épocas diferentes, agrupados no capítulo intitulado Teoria da Recepção do livro editado pela Universidade Federal de Minas Gerais -UFMG e organizado por Livia Sovik¹. O primeiro, chamado "Codificação/Decodificação" é de 1980 e foi apresentado por Stuart Hall num colóquio na Universidade de Leicester sobre comunicação de massas; já "Reflexões sobre o modelo de codificação/decodificação" é uma transcrição de entrevista gravada em 1989 com o objetivo de revisar os conceitos propostos pelo autor no texto anterior. Desta forma apresento a seguir as sínteses em ordem contrária à do livro respeitando a cronologia e não a edição proposta.

Palavras-Chave: codificação, decodificação, pesquisa

Abstract

The Seminar refers to two texts by Stuart Hall written at different times, grouped in the chapter titled Theory of Reception in the book edited by Universidade Federal de Minas Gerais -UFMG. The first, called "Encoding / Decoding" is from 1980 and was presented by Stuart Hall at a colloquium at the University of Leicester on mass communication; "Reflections on the coding / decoding model" is an interview transcript recorded in 1989 with the purpose of reviewing the concepts proposed by the author in the previous text. In this way I present below the summaries in a contrary order to the book respecting the chronology and not the proposed edition.

Keywords: Coding, decoding, searching

¹ Teoria da Recepção (in) Sovik, Livia (org.). Da Diáspora – Identidades culturais e mediações culturais – Stuart Hall. Belo Horizonte: UFMG, 2003 (p.333-380)

**HALL, STUART. CODIFICAÇÃO/DECODIFICAÇÃO, IN
SOVIK, LÍVIA (ORG.) “DA DIÁSPORA: IDENTIDADES
E MEDIAÇÕES CULTURAIS”. BELO HORIZONTE:
UFMG, 2003, P.365-380. (1980)**

O autor inicia o texto apontando a crítica que se faz ao modelo de concepção do processo comunicativo em três aspectos: 1- a linearidade-emissor/mensagem/receptor; 2- concentração no nível da troca de mensagens; 3-ausência de uma concepção estruturada dos diferentes momentos enquanto complexa estrutura de relações e se propõe a pensar este processo como uma “complexa estrutura em dominância” examinando a articulação de práticas conectadas referenciado nos Grundrisse de Marx e em O capital em que um contínuo circuito se sustenta através de uma passagem de formas, argumentando que desta maneira se pode diferenciar a produção discursiva de outros tipos de produção.(365)

Identifica que é sob a forma discursiva que se dá a circulação do produto e que esta forma discursiva da mensagem tem uma posição privilegiada na troca comunicativa e que os momentos de codificação e decodificação são

momentos determinados. “No momento em que um evento histórico é posto sob o signo do discurso, ele é sujeito a toda a complexidade das regras formais pelas quais a linguagem significa”. (366)

A partir desta perspectiva geral, Hall faz o que chama de uma caracterização do processo comunicativo da televisão ressaltando que o processo de produção não é isento de seu aspecto discursivo e embora estas estruturas de produção originem os discursos televisivos, “elas não constituem um sistema fechado”, mas alimentam o processo a partir de fontes e formações discursivas da estrutura sociocultural e política em que se inserem, citando Philip Elliot que discute “o modo como a audiência é, ao mesmo tempo a fonte e o receptor da mensagem televisiva”.(367)

Usando os termos de Marx, Hall afirma que “circulação e recepção são, de fato, “momentos” do processo de produção da televisão”, identificando o consumo, ou a recepção como predominante por ser o ponto de partida para a concretização da mensagem.

Em outro momento diferenciado “ as regras formais do discurso e linguagem estão em dominância “ e a recepção não pode ser entendida apenas em termos comportamentais mas também “ordenada por estruturas de compreensão... produzida por relações econômicas e sociais, que moldam sua concretização” permitindo que os “significados expressos no discurso sejam transpostos para a prática ou a consciência.”(368)

Hall observa que os graus de compreensão e má-compreensão na troca comunicativa surgem da falta de equivalência entre os dois lados: codificador/produtor e decodificador/receptor afirmando a determinação “da entrada e saída da mensagem em seus momentos discursivos.”(369) Propõe em seguida que o paradigma semiótico estaria afastando o behaviorismo nas pesquisas de audiência ao possibilitar compreender a recepção na chave de uma distinção epistemológica que contemple a complexidade do signo televisivo que afirma ser constituído pela combinação de dois tipos de discurso, o visual e o auditivo e que ao possuir propriedades

da coisa representada (de acordo com Pierce) torna-se signo icônico. “A realidade existe fora da linguagem, mas é constantemente mediada pela linguagem ou através dela...” conferindo protagonismo ao código, permitindo afirmar que o “naturalismo e realismo é o resultado, o efeito, de certa articulação específica da linguagem sobre o “real”. É o resultado de uma prática discursiva.”(370)

Hall aponta que certos códigos foram tão profundamente naturalizados em certas culturas ou comunidades de linguagem específica que parecem não terem sido construídos (efeito da articulação entre signo e referente) e que este processo não é produto da natureza mas de uma convenção que se apoia em códigos. Citando Umberto Eco ressalta que os signos icônicos são particularmente vulneráveis a serem “lidos” como naturais. (371)

O autor explicita que a distinção que faz entre denotação e conotação é apenas analítica, diferentemente do que ocorre na teoria linguística, pois para ele “ em um discurso de fato emitido, a maioria dos signos combinará seus aspectos denotativos e conotativos” e “é no nível conotativo que as ideologias alteram e transformam a significação” recorrendo a Volochínov para afirmar a intervenção ativa da ideologia dentro do discurso e sobre ele estabelecendo a a luta de classes na linguagem. Stuart Hall reafirma que os termos denotação e conotação são “meramente ferramentas analíticas úteis para se distinguir, em contextos específicos, os diferentes níveis em que as ideologias e os discursos se cruzam, e não a presença ou ausência de ideologia na linguagem.”(373)

Para Hall os signos visuais “já codificados se interseccionam com os códigos semânticos profundos de uma cultura” assumindo dimensões ideológicas adicionais mais ativas. Cita Roland Barthes para quem os níveis conotativos dos significantes “têm uma relação com a cultura, o conhecimento, a história e é através deles, por assim dizer, que o meio ambiente invade o sistema linguístico e semântico. Eles são, de alguma forma, os fragmentos da ideologia.”(374) Ao constatar que o nível conotativo do signo televisivo é

objeto de transformações mais ativas, Hall afirma que polissemia não deve ser confundido com pluralismo posto que a conotação atribuída ao signo emerge do repertório de classificações do mundo social, cultural e político próprios de cada sociedade ou cultura.(374) O autor observa a desigualdade dos códigos conotativos a constituir ordens culturais dominantes em sociedades ou culturas impondo suas classificações de mundo social, cultural e político. Define os sentidos dominantes ou preferenciais como campos de organização hierárquica dos domínios discursivos das diferentes áreas da vida social, onde seriam alocados os novos acontecimentos que rompem as expectativas do senso comum antes que “façam sentido”, propondo que “para esclarecer um mal-entendido em relação ao nível conotativo, devemos nos referir (através de códigos) às ordenações da vida social, do poder político e econômico e da ideologia” e o processo comunicativo está sujeito a regras performativas que “buscam ativamente reforçar ou pre-ferir um domínio semântico a outro...” constituindo as reais relações nas práticas de difusão televisivas demandando um trabalho interpretativo muito frequentemente negligenciado pela semiologia formal.(375)

Stuart Hall recorre à frase de Jurgen Habermas “comunicação sistematicamente distorcida” para se contrapor ao conceito de leitura proposto por Terno que pressupõe uma capacidade subjetiva do receptor em colocar os signos entre si em uma relação criativa que seria a condição da plena consciência de todo o ambiente que está inserido, afirmando que que é o caso contrário: “ a prática televisiva assume responsabilidade “objetiva” (isto é, sistêmica) precisamente pelas relações que os signos distintos estabelecem uns com os outros em qualquer ocorrência discursiva e , por isso, essa prática continuamente rearranja, delimita e prescreve em qual consciência de todo ambiente esses itens estão organizados.”(375)

Hall afirma que mesmo não existindo necessária correspondência entre codificação e decodificação há entre elas várias articulações em que poderiam ser combinadas propondo testar e refinar três posições hipotéticas

a partir das quais a decodificação de um discurso televisivo poderia ser construída:

1 – posição hegemônica-dominante – quando o telespectador está operando dentro do código dominante, operando um metacódigo, já que os profissionais codificam uma mensagem que já recebeu significado de uma maneira hegemônica. A partir de Althusser, Hall avalia que nesta hipótese, os profissionais que codificam estão ligados às elites decisórias não somente através da posição institucional das próprias emissoras enquanto “aparelho ideológico” mas também pela estrutura de acesso (ou seja, o recurso excessivo e sistemático a pessoas da elite e à sua “definição da situação” na televisão)

2 – código negociado – quando a mensagem televisiva contém definições dominantes por conectarem eventos a grandes totalizações, às grandes visões de mundo sintagmáticas assumindo “perspectivas globais” sobre as questões definindo um ponto de vista hegemônico que será negociado com âmbitos locais atravessando a ideologia dominante por contradições . Nesta hipótese os mal-entendidos surgiriam das contradições e disjunções entre codificações hegemônico-dominantes e decodificações negociadas corporativamente.

3 - código de oposição – Quando o telespectador entendendo perfeitamente a inflexão conotativa e literal de um discurso decodifica a mensagem de maneira globalmente contrária, em que os acontecimentos que são normalmente significados e decodificados de uma maneira negociada começam a ter uma leitura contestatária, travando o que o autor denomina de “política da significação” – a luta no discurso.

**HALL, STUART. REFLEXÕES SOBRE O MODELO DE
CODIFICAÇÃO/DECODIFICAÇÃO, IN SOVIK, LÍVIA
(ORG.) “DA DIÁSPORA: IDENTIDADES E MEDIAÇÕES
CULTURAIS”. BELO HORIZONTE: UFMG, 2003,
P.333-364. (1989)**

O texto é a transcrição de entrevista gravada na Universidade de Massachussetts em fevereiro de 1989 com o objetivo de rever os conceitos propostos por Stuart Hall no texto Codificação/ decodificação de 1980.

Stuart Hall esclarece já no início da entrevista que o texto de 1980 foi produzido e lido num contexto bastante específico que era um colóquio organizado pelo Centre for Mass Communications Research na Universidade de Leicester no Reino Unido, com o objetivo de alertar para a complexidade envolvida na operação de comunicação de forma a ampliar a concepção

positivista daquela instituição expressa na pesquisa de audiências, apontando que diferentemente dos conceitos que pressupunham o ruído na comunicação no desempenho do receptor, a cadeia de comunicação não aconteceria de forma linear, o significado não seria fixo e a noção de que o sentido possuiria várias camadas o que lhe permite afirmar que “produzir a mensagem não é uma atividade tão transparente como parece”(p.334). O autor identifica o momento do artigo ao reflexo do começo do estruturalismo e da semiótica e seu impacto nos Estudos Culturais, ao contexto do impacto da obra de Roland Barthes (Elementos da semiologia) e também ao contexto do debate sobre o marxismo onde Hall amplia a compreensão de Althusser sobre o texto “Introdução de 1857” de Marx a partir da ideia de que “o consumo determina a produção, assim como a produção determina o consumo.” (p.335). Define assim, o autor, o conceito de articulação como “um entendimento do circuito do capital como uma articulação dos momentos de produção com os momentos de consumo, com os momentos de realização, com os momentos de reprodução.” (p.336)

Hall alerta que o artigo tinha o Centre for Mass Communications Research na mira quando foi escrito e seu objetivo era “explicar melhor a ideia de que a decodificação não é homogênea, de que se pode ler de formas diferentes e é isso que é a leitura.”(p.337) assim o modelo de codificação/decodificação segundo descreve, “está fundado em uma noção um tanto não-problemática de que existe algo separado e fora do discurso.”(p.337) Reconhece que sua ideia de representação mudou desde o período da produção do artigo em que o termo foi usado como se o real existisse e então a representação viesse a representá-lo, mesmo identificando no texto de Marx a noção do real como algo cuja existência só pode ser produzida discursivamente. Porém adverte contra a possibilidade da abertura da noção de representação como algo constitutivo em si mesmo, ou como coloca “como sendo efeito de uma prática, mas não como uma prática em relação à qual uma certa origem verdadeira possa ser significada” (p.338), amparando “uma posição teórica

que diz que nós não somos nada senão reflexos do discurso de um outro.”(p.338)

Defende o autor o modelo saussuriano em que a linguagem é uma articulação de diferenças para afirmar que para ele é importante saber analiticamente por que o consumo e a produção são diferentes a fim de falar como eles se articulam discutindo a posição de Althusser em relação à totalidade complexa. Hall discorda do modelo de totalidade aplicada à dimensão individual enquanto afirma que o modelo codificação/decodificação procura pensar os circuitos de comunicação como totalidade complexa e determinada.

Stuart Hall afirma que “cada ato de significação transforma o estado efetivo de todas as significações já existentes” (p.343) para tentar elucidar de que modo duas dimensões de significação são operadas no circuito analisado, a base cultural/ideológica como algo que sempre existe (Althusser) chamado de significação em geral por ser do mundo social, político, cultural e a prática mesma da decodificação configurando duas noções: significação em geral e práticas significantes específicas dentro das instituições de comunicação. Ressalvando que Hall diz que se refere aos estudos de mídia por estar “falando a pessoas ligadas aos meios de comunicação, mas poderíamos falar de qualquer texto literário, de qualquer texto burocrático ou conjunto de regras – qualquer coisa que seja um tipo de recodificação de algo já existente” (p.343) já que , segundo esclarece: “o mundo real não está fora do discurso; não está fora da significação. É prática e discurso, como qualquer outra coisa.” (p.344) atribuindo esta ideia à noção althusseriana de totalidade complexa sobredeterminada.

O autor responde em seguida a questão relativa à leitura preferencial afirmando que não quer um modelo de circuito que exclua a ideia de poder e procura escapar ao modelo determinista mas “não quer um modelo sem determinação”. Assim, para Hall “o elemento da leitura preferencial se situa no ponto onde o poder atravessa o discurso, está dentro e fora da

mensagem”(p.345) ressaltando que o modelo proposto não explica suficientemente a heterogeneidade, no caso específico das empresas de comunicação, por tratar um espaço contestado e contraditório tal como este da institucionalização da comunicação como “algo demasiadamente unidirecional e diretamente ligado à ideologia dominante.” (p.347)

Ao precisar a contribuição de Derrida à construção do modelo codificação/decodificação Hall afirma que se a linguagem é pura textualidade, o que justificaria a impossibilidade de estancar ou fixar o texto dado que “o significado é infinitamente diferido” (p.347), a ideologia quer construir um significado particular visto que “ o poder necessita da linguagem”.(p.348) Hall se reconhece, entretanto, não como um desconstrutivista puro afirmando inicialmente “o trabalho crítico sobre a codificação e a decodificação é sempre uma prática desconstrutiva” (348) mas “como um gramsciano : cada momento de desconstrução é, também, um momento de reconstrução” (349).

À proposta de discutir as três posições de decodificação (preferencial, negociada e de oposição) Hall reitera o fato de que no artigo o lado da decodificação está formulado de maneira inferior ao da codificação e sugere matizar duas posições às quais chama de transparência ideal e ponto de vista oposicionista traduzindo-as para a política e afirma que se retorna a uma posição demasiado determinista amparando a posição do código negociado em que “a verdade é que as leituras negociadas são provavelmente o que a maioria de nós faz, na maior parte do tempo”(350), e as audiências moveriam-se claramente entre as três posições sugeridas não categorizadas sociologicamente mas “posicionalmente”. Já respondendo à leitura preferencial que o autor diferencia entre codificação e decodificação, Hall afirma que esta é “ a tentativa que o poder faz para amarrar a mensagem a um significado” segundo reforça, sempre sem êxito, levando-o a dizer que “um texto contém o que só posso chamar de significantes indicativos, que tentam se imprimir dentro da própria mensagem na qual podem ser decodificados.”(351)

Ao enfrentar a questão proposta sobre a leitura preferencial, Stuart Hall localiza duas posições extremas :1) a pré-estruturação da decodificação que provavelmente se dará e 2) a ilusão da objetividade . (353)

Questionado sobre o que é “historicamente particular em um momento dado” Stuart Hall insere na discussão as “estruturas históricas” afirmando que que elas estruturam um campo específico e significam que “qualquer pesquisa já está sempre localizada em um momento histórico, em uma conjuntura histórica”. (354) Definindo conjuntura como: “a articulação específica de momentos, que é particular e peculiar a um momento histórico específico...”

Assim o autor afirma que “ a conjuntura tem alguns efeitos de configuração sobre como uma pesquisa será conduzida, como as questões serão feitas e qual será o destino da pesquisa.”(354) Explicitando que ao se afastar do real ou do que chama de extradiscursivo, o introduz como elemento da estruturação tendencial. Afirma Hall que “ a promessa da semiologia é fazer a hermenêutica tão científica quanto possível”(355) posto que a “ a coisa toda está fundada nas operações de linguagem” concluindo que “a objetividade da pesquisa em ciência social está sempre entre aspas”.

À proposta de Angus de contrapor à sua ideia de instituições de codificação as “comunidades interpretativas” Hall reputa como apenas analiticamente separáveis os momentos de entendimento e interpretação e não na realidade, afirmando que ambos só existem articulados ressaltando que “as leituras que você faz surgem da família em que você foi criado, dos lugares em que trabalha, das instituições a que pertence, das suas outras práticas...” reputando o termo à pesquisa de Morley . Relaciona então a questão das comunidades interpretativas à um problema constante na vida acadêmica em que o pesquisador toma sua comunidade interpretativa preferida como o resto do mundo. “O discurso e a ideologia possuem suas próprias estruturas e elas não correspondem às estruturas econômicas ou sociais de maneira simples. As comunidades interpretativas são apenas isso.” (358)

Stuart Hall descreve uma espécie de linha do tempo epistemológica ao comentar que no momento em que escreveu o artigo os estudos culturais se relacionavam com os estudos da comunicação e posteriormente transitaram para a teoria literária, para o texto cinematográfico, para a psicanálise, para o feminismo e para o início do pós-estruturalismo, observando a relação entre referenciais teóricos e “conjuntura”.

Afirma Hall conclusivamente que embora a base do modelo proposto no artigo codificação decodificação ainda possa ser útil de alguma maneira nos estudos de comunicação, nos estudos culturais o modelo pós-estruturalista tem desmantelado e desconstruído esta possibilidade à partir da noção barthesiana de textualidade que descreve espacialmente como capaz de colocar a leitura e a produção lado a lado, tornando-as laterais ao invés de posicionadas em círculo, num circuito, reafirmando a temporalidade ou o que chama de a conjuntura na produção do sentido da pesquisa.